



Advogado de Bush diz que vale tudo para barrar terror

O advogado contratado pelo governo Bush, Anthony Coppelino, sustentou na última terça-feira (5/9), em Washington, que a Constituição dos Estados Unidos dá a Bush o direito de, como comandante da nação, fazer o que for necessário para investigar terroristas e brecá-los nas tentativas de ataques contra os EUA. Entre os instrumentos de investigação inclui-se o direito de interrogar alguém que disponha de informações privilegiadas sobre ataques iminentes e de fazer grampos sem ordem judicial.

“Suponha, por exemplo, que o presidente obtenha dados de inteligência dando conta que uma bomba nuclear foi plantada em algum lugar, digamos que aqui em Washington, e que a única forma de saber o que vai acontecer seja apanhar essa pessoa e interrogá-la. O presidente estaria em sua autoridade constitucional ao ordenar isso”, falou Coppelino na Corte de Manhattan.

De acordo com o site *FindLaw*, Coppelino empregou esse argumento para justificar legalmente a decisão do governo Bush de, após os ataques de 11 de setembro de 2001, monitorar ligações internacionais e e-mails, dos EUA ou para os EUA, envolvendo suspeitos de ligações com terroristas.

O dramático arrazoado de Coppelino era uma resposta judicial, após o juiz Gerard E. Lynch ter acatado um processo movido pela organização Centro de Direitos Constitucionais, que tenta brecar Bush e suas agências de informação de conduzir vigilância nas comunicações sem ordens judiciais.

O advogado Michael Avery, que defende o Centro de Direitos Constitucionais, disse que a hipótese da bomba, dramatizada pelo advogado Coppelino, não legitima a intrusão “sem precedentes que tem sido feita contra os direitos constitucionais”.

Date Created

07/09/2006